

# MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E A TRAJETÓRIA DO URBANISMO

JAN BITOUN

Departamento de Ciências Geográficas  
Universidade Federal de Pernambuco – Recife, PE  
jbitoun@terra.com.br

## RESUMO

Procuro recompor a trajetória do urbanismo nas suas relações nos últimos cinquenta anos com os movimentos sociais urbanos. Formula-se a hipótese de que, no contexto da cidade latino-americana, o principal desafio para esses movimentos sociais era de levar os urbanistas a encontrar soluções para um problema que não havia sido resolvido na Europa: o do *habitat* de segmentos sociais em situações precárias e sem vínculos fixos com o mercado de trabalho, apresentando então diferenças com a questão do *habitat* operário. A análise dessa trajetória no Recife, com base em documentos fundantes das intervenções urbanísticas demonstra que as conquistas políticas e jurídicas não foram acompanhadas por grandes inovações no campo das técnicas urbanísticas. Essas deram prioridade sucessivamente a um tratamento técnico – funcionalista e à concepção de grandes projetos urbanos orientados pela visão da competição interurbana. Tais orientações parecem ter dificultado a continuidade intergeracional das lutas urbanas características do início do período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Urbanismo. Movimentos Sociais. Urbanização de Favelas. Planejamento Estratégico. Recife.

SOCIAL MOVEMENTS AND URBANISM: COVERGENCES AND DIVERGENCES

## ABSTRACT

This paper examines the relationship between urbanism and urban social movements over the past fifty years. This paper presents the hypothesis that, in

the context of Latin American city, the main challenge for these social movements was to bring the planners to find solutions to a problem that had not been resolved in Europe: the habitat of social groups without permanent labor links, then presenting differences with issues typical in terms of the worker's habitat. Analysis of this trajectory in Recife, on the basis of founding documents of urban interventions, shows that the juridical and political achievements have not been accompanied by major innovations in the field of urban planning techniques. These gave priority to technical and functional conceptions until the appearance of strategic urban planning, as the mainstream of urbanism. Nowadays, great projects are guided by the vision of urban competition. This guideline seems to break the continuity of the social urban struggles which were so characteristic of the situation some decades ago.

**KEY WORDS:** Urbanism. Social Movements. Slums Improvement. Strategic Urban Planning. Recife.

No âmbito da mesa-redonda “Política(s) urbana(s): Estado *versus* movimentos sociais”, organizada para o XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, cabe aos participantes identificar os novos rumos de um embate que se constitui num dos conflitos clássicos cuja arena é a cidade. Tornou-se um objeto de estudo há mais de vinte anos na Geografia Urbana quando emergiu como tema e se consolidou nas últimas duas décadas do século XX, exigindo incursões dos pesquisadores em saberes vizinhos tais como Sociologia Urbana e Ciência Política. A contribuição de Claude Raffestin (RAFFESTIN, 1980), renovando naquela época a Geografia Política, foi muito oportuna para que fosse aceita, no âmbito da Geografia Urbana, uma abordagem francamente política da cidade, aprofundando-se os debates acerca de territórios e territorialidades.

No Brasil, a conjuntura de saída do modelo tecno-burocrático de gestão, vigente no período militar, propiciou múltiplas experiências de protagonismo dos movimentos sociais urbanos, atraindo atenção internacional sobre modos de revitalizar a democracia, em especial com práticas de democracia direta. Numerosos foram os cientistas sociais brasileiros que desenvolveram trabalhos permitindo um acúmulo de conhecimentos sobre o citado conflito. Idealizada por um deles, o Prof. Marcelo Lopes de Souza, cuja obra contínua consolida o tratamento geográfico do tema e gera novos questionamentos, essa mesa é

para o autor dessa intervenção um convite para refletir acerca da transmissão de uma geração para outra de um modo de conduzir os embates entre movimentos sociais, organizando setores lutando para alcançar o que se costumou denominar direito à cidade e ao Estado.

Com efeito, envolvido em dois períodos na administração municipal do Recife (1993-1996 e 2001-2002) e vinculado desde 2000 ao Observatório Pernambuco de Políticas Públicas em parceria com a ONG FASE, pude conviver com militantes de movimentos que se engajaram nas lutas das últimas décadas do século XX e observar engajamentos mais recentes de jovens que nasceram nessas mesmas décadas. Publiquei em 1993 uma reflexão mais acadêmica acerca dos movimentos sociais urbanos na perspectiva da Geografia Urbana (BITOUN, 1993), mas o meu envolvimento posterior foi essencialmente prático. Devo, então, aproveitar o convite do Prof. Marcelo Lopes de Souza, para elaborar uma intervenção que possa contribuir para sedimentar ideias decorrentes de experiências que geraram questionamentos que procurarei aqui apresentar.

Numa primeira parte, apresento considerações acerca da construção da questão, identificando no Urbanismo o campo técnico-político da formação das políticas urbanas, resultando dos embates que animam a vida social e dos valores que se consolidam quanto ao destino da cidade. Em suma, procuro expor quais são os dilemas enfrentados pelo Urbanismo no tratamento das problemáticas sociais da cidade, historicamente identificadas no hemisfério norte com a chamada questão operária. No Brasil, sugiro que, frente a essas problemáticas visibilizadas por movimentos sociais urbanos de base territorial e não por movimentos classistas, faltou ao Urbanismo, que foi colocado sob tensão por esses movimentos, inventar soluções inéditas que não podia encontrar no acervo acumulado nos países do norte. É inegável que as lutas dos movimentos sociais urbanos de base territorial que caracterizaram na segunda metade do século XX o ambiente político de muitas cidades brasileiras geraram ganhos reais para populações ameaçadas de serem expulsas da cidade e convivendo com situações de extrema carência de infraestruturas. Mas, esses ganhos não nos parecem ter alcançado ocupar o espaço central no ideário do Urbanismo. De qualquer modo, os relativos sucessos obtidos e consubstanciados em institutos tais como as Zonas Especiais de Interesse Social, no zoneamento, e os Orçamentos Participativos, entre os instrumentos de gestão, são frutos da luta de uma geração. Segundo observamos, a nova, nascida durante o auge dessas

lutas, elabora uma pauta diferente de reivindicações, menos focadas na questão do acesso ao solo urbano e da provisão de bens de consumo coletivo, portanto, menos diretamente relacionadas a questões de natureza urbanística. Diminui então a pressão sobre o Urbanismo, no âmbito do qual, correntes relacionados ao *City Marketing* e à cidade como negócio passam a predominar nas mentes dos técnicos que compõem o aparelho planejador e gestor do Estado na questão urbana. Na segunda parte da exposição, procura-se reconstituir esse percurso no caso do Recife, expondo como esse aparelho respondeu aos movimentos sociais urbanos da segunda metade do século XX e quais tendências podem ser observadas em tempos mais recentes com a emergência de uma nova geração.

### **O URBANISMO: ESPAÇO DE FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS URBANAS FRENTE AO DESAFIO DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA**

Touraine (1988), numa tentativa de definir os movimentos sociais na América Latina, destacava entre os significados dessa noção: “um conflito coletivo opondo formas sociais opostas de uso de recursos e de valores culturais, que estas sejam da ordem do conhecimento, da economia ou da ética.” Com base nessa assertiva, explicita-se a seguir um conflito cultural que permeia a construção do pensamento e da prática do Urbanismo desde que se consolidou como principal campo de formação das políticas urbanas no âmbito do Estado.

O Urbanismo, como saber constituído nas últimas décadas do século XX, procura acomodar num ordenamento do espaço os grupos sociais que emergem no ocidente nas cidades transtornadas pela Revolução Industrial. O “caos”, contemporâneo da transformação econômica, demográfica e social gerado pelo advento do capitalismo industrial é ao mesmo tempo físico, sanitário e político-social. O Urbanismo procura encontrar soluções para dar forma a cidades que são espaços produtivos essenciais da economia industrial e de convívio de classes sociais antagônicas, na era das revoluções (CHALAS, 1989). A questão social para o Urbanismo configura-se como a questão da habitação operária à qual procura dar um tratamento: loteamentos periféricos acessíveis pelas ferrovias de subúrbios ou soluções mais ousadas que mobilizam urbanistas e poderes públicos entre as duas guerras mundiais com destaques para Viena e Amsterdã, onde bairros operários ganham dignidade e qualidade. Há, portanto, por parte do urbanismo uma busca de soluções para o *habitat* de pe-

quenos assalariados e ofertas de alternativas, seja através do aluguel, seja através do acesso à propriedade, em ambos os casos com financiamentos subsidiados. As experiências acumuladas na Europa servirão também no Brasil para edificar habitações operárias e, como na Europa, conjuntos habitacionais.

Mas, nem na Europa, nem no Brasil, o Urbanismo encontrou respostas à questão do *habitat* de um grupo social específico presente nas cidades da Revolução Industrial e denominado “lumpenproletariado”. Se na Europa, essa fração da sociedade, sem renda fixa, temporariamente mobilizada como “exército de reserva”, foi muito descrita na produção literária, ela não ocupou um espaço central na imaginação urbanística do final do século XIX e do século XX. Reconhece-se que uma boa parte do lumpenproletariado europeu foi transferida para outros continentes por meio de grandes migrações e os segmentos que ficaram na Europa industrial não constituíram grandes contingentes permanentes. Ora, segundo Souza (2004, p. 63):

O ‘lumpenproletariado’ cresce em importância no Brasil – não apenas quantitativamente, mas também sob o ângulo sociopolítico. Independentemente do fato de que o ‘lumpenproletariado’ nas cidades inglesas de meados do século XIX era, ao que tudo indica, numericamente menos expressivo que nas grandes metrópoles contemporâneas de um país como o Brasil, o fato é que Marx (e Engels) estava mentalmente controlado por um viés ideológico, alimentado pelo peso crescente da classe operária e a esperança de que essa classe realizasse a revolução socialista.

O mesmo autor tem insistido no caráter pouco adequado do termo “lumpenproletariado” para descrever os grupos sociais caracterizados pela pobreza e pela precariedade das relações de trabalho no Brasil urbano. Concorda-se que a formação social brasileira e as características da industrialização não autorizam a transposição direta da distinção entre “proletariado” e “lumpenproletariado” observada na Europa por Marx. Daí, a proposta do autor de denominar esse amplo grupo social de “hiperprecariado” e de acompanhar os movimentos que o animam para entender os rumos da sociedade urbana como um todo. Além das preocupações terminológicas, bastante pertinentes, a ideia força reside na importância central do que acontece com esse numeroso “hiperprecariado” para a compreensão da cidade e da sua vida política. Concordando, resgata-se neste texto a terminologia “lumpenproletariado” ou subproletariado – exatamente para ressaltar que foi uma referência utilizada pelos técnicos e pensadores sociais influenciados pelo marxismo na leitura que fizeram da sociedade

brasileira e para constatar que soluções para o *habitat* desse grupo social não estavam disponíveis no acervo do Urbanismo consolidado na Europa.

Retomando então a assertiva de Touraine (1988) acerca dos conflitos em torno de valores culturais, defende-se aqui que o principal desafio enfrentado pelos movimentos sociais urbanos gerados no seio do “hiperpreariado”, além das conquistas materiais, consistia em movimentar a imaginação urbanística de modo a superar essa indisponibilidade. Ilustra bem essa afirmação, o que o Padre Leuret escreveu em meados do século passado quando se envolveu na formulação do planejamento urbano do Recife (LEBRET, 1955, p. 25).

Recife tem um grande número de bairros populares cuja população não podemos estimar, mas é enorme a sua concentração sobre os morros do Noroeste da Cidade. É um terreno magnífico para fazer uma cidade popular modelo, mas é preciso dar-lhe um tratamento diferente e acreditarmos com Gilberto Freire que é preciso não pensar na sua transformação em habitat de tipo europeu e, sim, no melhoramento do habitat nativo, sob o aspecto da higiene e num tipo de urbanização original. O sítio é magnífico, mas os trabalhos são consideráveis. Entretanto temos certeza que bons urbanistas dariam um tratamento adequado a esse grande bairro que, de uma maneira muito interessante, viria permitir uma vida sadia a essa população subproletarizada ou em rápida via de subproletarização.

Encontram-se nesse texto a referência ao “subproletariado” e uma chamada à inovação urbanística afastando-se dos padrões europeus para inventar um tipo de urbanização original. Observa-se que, na época da redação desse texto, as colinas do Recife se tornavam o espaço de expansão do *habitat* autoconstruído pelas famílias pobres. Vinham dos mocambos da planície, parcialmente destruídos pela intervenção pública orientada pelo higienismo e pelo propósito de erradicar a pobreza que manchava a modernidade da cidade. Participavam também desse movimento de ocupação das colinas as famílias oriundas do êxodo rural e aquelas resultando do forte aumento vegetativo da população, acelerado numa fase inicial da transição demográfica. Essa ocupação não gerou inicialmente conflitos: os proprietários mediante o pagamento simbólico de “aluguel de chão” autorizavam a implantação dos novos moradores. Vinte anos depois, a reação desses moradores ao aumento das exigências dos proprietários da terra gerou nesse mesmo local o movimento social “Terra de Ninguém” que, apoiado por segmentos da classe média e do arcebispo levou à instituição das Zonas Especiais de Interesse Social (MIRANDA e MORAES, 2007). Segundo Souza (2007, p.116), as lutas travadas na época desenharam um perfil bastante característico dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais pela posse da terra e da moradia, que eclodem nas grandes cidades brasileiras a partir de meados da década de 1970, antes de se constituírem expressão de luta pela habitação, representam a luta pela própria permanência na cidade. Ressaltam a dimensão territorial inerente à questão habitacional e conferem à noção de acessibilidade – à habitação, à terra urbana e à cidade – um caráter político-espacial denunciador de processos de exclusão social. Na medida em que o acesso à moradia se viabiliza para um grande número de famílias como uma transgressão à regulação do mercado e se processa às margens do quadro jurídico instituído, assume uma dimensão política e torna-se objeto de intervenção do Estado através de políticas habitacionais. O acesso à moradia constitui, assim, o objeto central da demanda e dos movimentos reivindicatórios por habitação e a finalidade da política pública de habitação popular.

Engajados nessa luta para ficar na cidade, os moradores que se organizaram em movimentos sociais de base territorial almejavam um objetivo principal: o reconhecimento do direito à posse do solo onde se fixaram, e, alcançando graças à mobilização alguma permanência, passaram a expressar outras demandas relacionadas ao incremento da qualidade do quadro de vida. Mas, essas demandas referentes geralmente à provisão pelo Estado de infraestruturas e serviços básicos foram pouco exigentes podendo ser contempladas com um investimento envolvendo pouco a criatividade urbanística. Assim, a chamada de Lebrét ficou sem resposta; a habitação popular, para os segmentos do “subproletariado”, sem condições de acesso aos conjuntos habitacionais destinados aos assalariados, manteve-se guiada, com poucas exceções, por padrões orientados pelas necessidades mínimas que a engenharia podia propor nas intervenções de urbanização de favelas. A experiência histórica, vivida nas cidades brasileiras, da luta pela permanência do “hiperpreariado” na cidade gerou inovações no campo jurídico que representam contribuições do sul ao direito urbanístico. Isso já foi evidenciado por Boaventura de Souza Santos (1984) quando analisou os conflitos de propriedade ocorridos no Recife. Mas, é preciso constatar que essas inovações realizadas no campo do Direito não foram acompanhadas por uma mudança comparável da qualidade das intervenções urbanísticas, no campo das técnicas construtivas. Gerou-se então um descompasso entre avanços político-jurídicos – das Zonas Especiais de Interesse Social aos Orçamentos Participativos –, que muito chamaram a atenção dos estudiosos do mundo inteiro, e a relativa estagnação das práticas propriamente urbanísticas em promover a requalificação do *habitat* das favelas.

## ACOMPANHANDO A TRAJETÓRIA DO URBANISMO NO RECIFE: ALGUMAS PROPOSTAS DA TÉCNICA, ENTRE ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Para acompanhar as propostas técnicas formuladas pelos urbanistas nos últimos cinquenta anos e procurar identificar os propósitos de ordem político-social que as orientam, comentam-se sucessivamente três produtos que nos parecem expressar com clareza o que se pretende fazer com a cidade: as leis de uso do solo de 1961 e de 1983 e o Projeto Capital, um plano estratégico concluído em 1999, e que continua influenciando até hoje as intervenções urbanísticas.

A lei 7427 de 1961 é o resultado de uma elaboração guiada por debates realizados no decorrer dos anos cinquenta, quando o desenvolvimento da cidade é debatido levando-se em conta as características do atraso econômico nordestino e a necessidade de transformação de uma sociedade percebida como arcaica. A interpretação social da época procura identificar, referindo-se à historiografia europeia, em que estágio do capitalismo ou do pré-capitalismo se encontra essa sociedade. Já se ressaltou a participação do Padre Leuret do movimento “*Économie et Humanisme*”, vinculado ao personalismo cristão, entre engenheiros e arquitetos que elaboram uma legislação urbanística, composta ao mesmo tempo por um zoneamento completo do território municipal e por um código de obras, definindo regras construtivas. Na atribuição de funções, o mais notável é o grande número e a extensão das Zonas Industriais, muito além das áreas efetivamente ocupadas por fábricas. Essa prioridade atribuída à indústria deve-se à certeza de que o desenvolvimento depende da industrialização, no tempo em que se instala no Recife a sede da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) que promete a recuperação das indústrias regionais e a implantação de novas empresas ligadas à base regional de recursos. O projeto social de muitos engenheiros e arquitetos de esquerda, envolvidos na redação da lei de 1961 consiste na incorporação na classe operária das massas urbanas empobrecidas ou subproletarizadas. A crença no progresso, apostando na emergência tardia de um proletariado industrial, fundamenta-se no modelo da cidade europeia com seu centro burguês e sua periferia operária. Há dois projetos “progressistas” concorrentes: o do Partido Comunista e o da Igreja Católica, na sua vertente de esquerda, competindo para conquistar a hegemonia nos movimentos sindicais.

A Lei 14511 de 1983 incorpora na prática urbanística os rumos da modernização do país tais como foram definidos após o golpe de 1964. Com base na



nova ordem política e nos fluxos de investimentos da União cuja distribuição está atrelada a programas de âmbito nacional, se redesenha a intervenção pública na cidade. O planejamento muda de escala, abrangendo, na década de 70, um novo quadro territorial, a Região Metropolitana, que representa uma intervenção federal de natureza técnica entre as instâncias municipais e estaduais. É neste quadro que são concebidas e em parte construídas as grandes infraestruturas viárias e promovidos os espaços de assentamento de fábricas, marcos do esforço visando a incorporar a mão-de-obra; incorporação esta que o crescimento contínuo haveria de garantir. O carro-chefe da intervenção é, no entanto, a política de habitação popular que financia a construção de grandes conjuntos habitacionais localizados em áreas periféricas e cujo objetivo publicamente afirmado é ser uma alternativa aos mocambos. Muitos destes são efetivamente eliminados às vezes à custa de intervenções policiais e a população é transferida para longínquas periferias. O marco principal da ação urbanística presente na Lei de 1983 é a consagração da primazia da técnica, que muito se refinou: detalhamento bastante minucioso do zoneamento, com escalonamento dos gabaritos e densidades construtivos, e hierarquia das centralidades de comércio e serviços. Promove-se a mobilidade em escala metropolitana e reorganiza-se a cidade em função do uso do automóvel que permite ampliar o solo urbano. Os habitantes da cidade são percebidos como trabalhadores/consumidores (de habitação, de infraestruturas e de lazer) a serem contemplados pela boa técnica.

O “Projeto Capital” concluído em 1999 é o plano estratégico do Recife, elaborado por técnicos locais seguindo o modelo promovido a partir do exemplo de Barcelona e com o apoio de consultores catalães, que haviam também participado dos planos estratégicos do Rio de Janeiro e de Vitória do Espírito Santos entre outras cidades brasileiras. Chama atenção a adesão sem restrição à globalização e à inserção competitiva do país. Afirma-se (RECIFE, 1999, p. 12)

É preciso que se posicione a cidade com funções competitivas que lhe assegurem primazia em relação às realidades do Nordeste, do Estado de Pernambuco e da Região Metropolitana do Recife. Para tanto, há que considerar o novo paradigma de desenvolvimento nacional que apresenta, basicamente, duas variantes: uma, manifestada pela adesão incontinente ao paradigma mundial em curso, consubstanciando na globalização do capitalismo, na internacionalização financeira, na liberalização comercial e na integração macrorregional de mercados; outra, na perspectiva de um novo ciclo de crescimento sustentado para o país.

Essa postura conduz os responsáveis do projeto a definir territórios onde se pretende “estimular a criação de ambientes produtivos propícios à aquisição e à manutenção de níveis elevados de competitividade, mediante apoio à provisão de infraestrutura econômica e ao desenvolvimento de externalidades para o setor produtivo, imprescindíveis à revalorização dos investimentos privados.” Propõe-se estimular polos (Ciência e Tecnologia, Saúde, Informática e Turismo) sempre através de fortes relações de parceria entre setores públicos e privados. Nos últimos anos, essa proposta concretiza-se na elaboração de grandes projetos urbanos envolvendo técnica urbanística, grandes capitais financeiros e imobiliários e modernos recursos de divulgação na mídia (Eixo Cultural Recife Olinda; Cidade da Copa). Esses arranjos não são muito debatidos pelos movimentos sociais desde que apresentem alternativas para reassentamentos de comunidades que, porventura, precisam ser removidas. A corrente maior do urbanismo pode então estar mais indiferente em relação ao *habitat* dos pobres, a ser tratado por programas governamentais de habitação de interesse social, e investir muita energia nos espetaculares grandes projetos urbanos.

Apesar das grandes diferenças existentes entre os três projetos de cidade expressos em três momentos do urbanismo, comungam na subestimação da diversidade dos sujeitos e das suas capacidades de definir, com certo grau de autonomia, vontades próprias. Em 1961, o progresso deve mover a história e transformar o povo em industriosa classe operária. Em 1983, concebe-se um ser racional, móvel o suficiente para se enquadrar no zoneamento modernista. Em 1999, o paradigma da competitividade leva a selecionar no meio empresarial os parceiros para promover a cidade. No decorrer de todo esse período, o pensamento sobre o crescimento da cidade, nas suas feições gerais, não gerou uma plena e livre integração da grande maioria dos seus habitantes. Quando integrados em processos participativos, segmentos com poucas liberdades de escolha foram limitados a debater necessidades básicas, tais como a habitação popular, sem muito poder se envolver em definições de natureza mais geral sobre o futuro da cidade.

## REFERÊNCIAS

BITOUN, Jan. Movimentos Sociais Urbanos, Questões Relevantes para a Geografia Urbana, In: FISCHER, Tânia (org.). *Poder local: governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

CHALAS, Yves. L'imaginaire aménageur ou le complexe de Noé. *Les Annales de la recherche urbaine*, Paris, n° 42, p. 66-73, 1989.

LEBRET, Louis Joseph. *Série Planificação Econômica III*. Recife: CODEPE, 1955.

MIRANDA, Livia; MORAES, Demóstenes. O Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (Prezeis) do Recife: democratização da gestão e planejamento participativo. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). *Habitação social nas Metrôpoles brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

RAFFESTIN, Claude. *Pour une Géographie du pouvoir*. Paris: LITEC, 1980.

RECIFE, Prefeitura da Cidade. *Código de Urbanismo e Obras*, Lei 7427, 1961.

\_\_\_\_\_. *Lei do Uso e Ocupação do Solo*, n. 14511, 1983.

\_\_\_\_\_. *Projeto Capital*, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado, o Direito e a Questão Urbana. In: FALCÃO, Joaquim de Arruda. (org.). *Conflitos de direito de propriedade: Invasões urbanas*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1984.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Política habitacional para os excluídos: o caso da Região Metropolitana do Recife. In: CARDOSO, Adauto, Lúcio. (org.). *Habitação social nas Metrôpoles brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Alguns Aspectos da Dinâmica Recente da Urbanização Brasileira. In: FERNANDES, Edésio, VALENÇA, Márcio Moraes (orgs.). *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

TOURAINÉ, Alain. *La Parole et le Sang: Politique et Société em Amérique Latine*. Paris: O. Jacob, 1988.

Recebido em: 27/03/2010

Aceito em: 25/04/2010